

## Acordo comercial UE-Mercosul é "desleal para os agricultores europeus"

Pág. III



PS, PSD, PCP E CDS CONVERGEM NO DIAGNÓSTICO MAS DIVERGEM NO CAMINHO

## "Agricultura tem uma importância estratégica na sociedade e na economia"

Pág. II

### Destaques

Escola Superior de Biotecnologia ganha "instalações renovadas" com "laboratórios e valências mais identificados"

Págs. IV-V

PDR 2020 apoia agricultura biológica com 17,2 milhões

Pág. VII

Queijo Serra da Estrela Velho DOP premiado no 'Mondial du Fromage'

Pág. VIII

### Editorial

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt



## Os agricultores votam?

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) diz que a agricultura "tem de ser um dos temas centrais" do debate das legislativas e fez saber que está "preocupada com a ausência de referências ao setor agrícola em período de pré-campanha eleitoral". Para mitigar isso, convocou ontem o PS, o PSD e o CDS para debater as medidas prioritárias que cada um apresenta para o próximo ciclo governativo.

Estranhamente, apenas dirigiu o convite a estes três partidos (informação confirmada pela "Vida Económica" junto da CAP), quando há sete grupos parlamentares na Assembleia da República e são 21 as forças políticas representadas no boletim de voto a 6 de outubro. Mas isso, como diz o nosso povo, já são outros quinhentos.

No último sábado, a CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal desafiou a Agros para, durante a feira AgroSemana, debater as "Perspetivas e Desafios da Agricultura Portuguesa". Convidados todos os partidos com representação parlamentar, apenas compareceram PS, PSD, PCP e CDS. Curiosamente, todos convergiram na "importância estratégica" deste setor. Na sociedade e na economia. Divergiram, foi nos caminhos e, sobretudo, nas soluções.

À parte a pluralidade – ou da falta dela – quanto às opiniões sobre a agricultura e o agroalimentar por parte das várias forças políticas, há algo paradoxal e que nos intriga.

Vejamos. Joaquim Barbosa (PS) garantiu na AgroSemana que a agricultura está "mais mecanizada", nela trabalham "pessoas muito qualificadas" e agora até "está na moda". Carlos Duarte (PSD) frisou no mesmo debate que ela "representa 6% do PIB, tem 6% do emprego e 14% das exportações", mas que a sua produção, de 2000 a 2016, apenas "cresceu em média 0,6% ao ano". Patrícia Fonseca (CDS) advertiu no mesmo encontro que é preciso "captar mais jovens" e apostar no "empreendedorismo" e que há "pressão no sentido de combater setores estratégicos como a proteína animal". O PCP lembrou num debate recente que "o trigo que produzimos dá apenas para os primeiros 15 dias do ano e o milho para quatro meses" e que "Portugal tem a maior zona económica exclusiva da UE, mas o saldo na balança comercial de pescado é negativo em mais de mil milhões de euros".

Ora, se todos os partidos representados no Parlamento elogiam a atividade agrícola, lhe reconhecem valor e prometem apoiá-la – exceção para o PAN, que quer acabar com os apoios do Estado à produção de carne e leite –, porque é que não falam dela na campanha eleitoral?

É caso para perguntar: os agricultores votam?

PS, PSD, PCP E CDS CONVERGEM NO DIAGNÓSTICO MAS DIVERGEM NO CAMINHO E NAS SOLUÇÕES

# "Agricultura tem uma importância estratégica na sociedade e na economia"

Quatro deputados, do PS, PSD, PCP e CDS, aceitaram debater no último sábado, na AgroSemana, no Espaço AGROS, na Póvoa de Varzim, a convite da CONFAGRI, as "Perspetivas e Desafios da Agricultura Portuguesa". Convergiram sobre a "importância estratégica" deste setor na sociedade e na economia. Divergiram nos caminhos traçados até aqui e, sobretudo, nas soluções.



Da esquerda para a direita: Agostinho Lopes (PCP), Joaquim Barreto (PS), Carlos Silva, secretário-geral da CONFAGRI (moderador), Patrícia Fonseca (CDS-PP) e Carlos Duarte (PSD).

TERESA SILVEIRA

teresasilveira@vidaeconomica.pt

Joaquim Barreto, deputado do PS e presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar na legislatura que terminou, avisou à cabeça: "não tenho palas. Digo o que penso. Mas penso no que digo". Disse ter, pois, a liberdade de afirmar discordâncias e de constatar que "há hoje uma mutação na sociedade" e "novas formas de ver as coisas", o que lhe causa "algumas dúvidas" quanto à composição do novo Parlamento e ao rumo a traçar quanto ao futuro da agricultura.

"Nos anos 60 e 70 as alterações climáticas eram mais estáveis, havia equilíbrio demográfico entre o urbano e o rural. Tínhamos mais agricultores e explorações agrícolas, mas era uma agricultura de subsistência". Hoje, "há menos explorações, o Norte foi onde fecharam mais, e temos uma população mais envelhecida". Ainda assim, a agricultura é "mais mecanizada", onde trabalham "pessoas muito qualificadas" e agora até "está na moda". O "mérito" da evolução e da ultrapassagem da crise é, aliás, "dos agricultores", notou Joaquim Barreto. Mais que os governos, foram os produtores que "foram à luta" e encontraram "respostas".

O deputado do PS foi claro: "devemos continuar a associar a agricultura ao conhecimento e à inovação" e, no agroalimentar, "continuar a abrir novos mercados e apostar nas exportações". Está, aliás, de acordo com os restantes deputados: "deve valorizar-se o movimento associativo, que representa uma parte muito importante do setor [agrícola]". Assim como "a floresta e as raças

autóctones". E, quanto ao novo quadro comunitário de apoio (QCA 2021-2027), "espero que no primeiro e segundo pilares se mantenham as verbas; vamos lutar para isso e para que sejam bem aplicadas".

## PSD: 25% do QCA para instalação de jovens agricultores

"A agricultura tem, na prática, a responsabilidade de gerir 90% do território", alertou Carlos Duarte (PSD). Certo é que "hoje temos uma sociedade cada vez mais urbana, que não compreende aquilo que eventualmente tem a ver com a atividade agrícola". É preciso "demonstrar que a agricultura, para além de produtora de alimentos todos os dias" e de ter "a responsabilidade do território, da paisagem e do sequestro de carbono", zela pela "dieta alimentar de toda a sociedade".

O deputado social-democrata frisou que a agricultura, embora "represente 6% do PIB, tem 6% do emprego e 14% das exportações". Ou seja, "tem um peso importante", apesar de, "no agroalimentar", termos um défice de 3500 milhões de euros por ano, o que significa "mais de 10 milhões de euros por dia de défice para cobrir a nossa dieta alimentar". Há, portanto, aqui "um desafio e um potencial" que é preciso aproveitar, porque, disse Carlos Duarte, "precisamos de maior cobertura ao nível do aprovisionamento das necessidades alimentares". E lembrou: "estamos num setor em que, de 2000 a 2016, a produção cresceu em média 0,6% ao ano".

Portugal, diz o deputado do PSD, "tem de compreender a importância es-

tratégica da agricultura, na sociedade, no ambiente e na paisagem" e, inclusive, a sua "função social". Para o seu partido, "a agricultura é uma causa".

Para 2021-2027, o PSD já decidiu: num país em que "mais de 55% dos agricultores tem mais de 65 anos" e "com menos de 40 anos só temos 4% dos jovens agricultores", é preciso rejuvenescer. Daí o compromisso: "25% das verbas do novo QCA têm de ser destinadas ao apoio à instalação".

## PCP: "Não se percebe por que é que uma cooperativa não é equiparada a OP"

Agostinho Lopes não tem "uma visão positiva da situação que atravessa a agricultura". Não quer comparar com o passado, "mas, olhando para o presente, o défice agroalimentar de Portugal é fortemente negativo em 3500/4000 milhões de euros". E em "produções alimentares estratégicas", como os cereais ("importamos 80% dos cereais") ou como a carne ("importamos 800 milhões de euros"). E o deputado comunista aponta o dedo: "a situação tem vindo a degradar-se". Por isso, "não posso olhar para isto e dizer que estamos a caminhar no bom sentido".

Há outro problema: "em setores onde a produção no país estava relativamente estabilizada, como é o caso do leite e laticínios, a situação tem vindo a degradar-se". Com a agravante de "sobre toda a produção que se podia fazer-se estar-se a fazer uma pressão no sentido de combater setores estratégicos, como é a produção de proteína animal", onde, disse Agostinho Lopes, "surge um conjunto de teorias a combatê-la".

## "Por que é que desapareceu a produção leiteira no planalto mirandês?"

Certo é que a atividade agrícola "não é só produção de bens alimentares (embora isso já fosse suficiente para relevar o seu papel estratégico)". Agostinho Lopes realça "a atividade absolutamente decisiva da ocupação do território" pela agricultura e cujo "equilíbrio também está a regredir", fruto das "tendências de desertificação de mais de dois terços do território" onde a atividade agrícola "vai desaparecendo". Pergunta, aliás, "por que é que desapareceu a produção leiteira no planalto mirandês?" ou "porque é que desapareceu 50% da área da vinha na Beira Litoral e um terço na Beira Interior?". A questão é que, "quando aparecem os incêndios, vamos descobrir que, afinal, há mais alguma coisa por trás". Agostinho Lopes pôs o dedo na ferida: "todas estas questões estão ligadas com a desertificação do território".

O deputado do PCP também falou do "papel ambiental da agricultura", dizendo que sempre ouviu dizer que os agricultores eram "os jardineiros na natureza", porque davam "uma contribuição

absolutamente decisiva para o equilíbrio ambiental". E "o que estamos a ver é o contrário: é a agricultura a produzir mais em vez de produzir menos", criticando "a distribuição desigual dos fundos comunitários" ou "o mercado das madeiras, onde dominam os grandes grupos económicos". É, pois, "preciso dar respostas" e "um salto absolutamente qualitativo no movimento associativo", desde logo quanto às organizações de produtores (OP). "Não se percebe porque é que uma cooperativa não é equiparada a uma OP".

## CDS: "criação de um Conselho Consultivo para o mundo rural"

Patrícia Fonseca (CDS) é taxativa: "o setor da agricultura e os agricultores têm mostrado uma enorme resiliência" nos últimos anos e, contrariamente ao que seria de esperar, "não foi aproveitada a boa onda que alguns setores vinham demonstrando". Para o CDS, "nos últimos quatro anos houve um fôco demasiado na pequena agricultura" e, fruto disso, "descurrou-se o investimento". A deputada lamentou: "devia ter-se reforçado a comparticipação nacional para alavancar o investimento e isso não foi feito".

Considerando os agricultores "os principais gestores do território", diz a deputada do CDS que o seu partido "não entende que todo o território tenha de estar ocupado". Para Patrícia Fonseca, "o território deve estar é todo gerido".

Se Joaquim Barreto tinha mostrado preocupação quanto à futura composição do Parlamento e Agostinho Lopes havia lamentado a "pressão no sentido de combater setores estratégicos como a produção de proteína animal", Patrícia Fonseca pôs nomes nas coisas. "O facto de o PAN ter ido para o Parlamento tem gerado uma discussão pela negativa" quanto à agricultura e à produção animal, disse. A deputada do CDS foi taxativa: "é muito importante combater essa visão urbana, que é muito negativa". Propõe, aliás, "a criação de um Conselho Consultivo para o mundo rural" para "aconselhar o Parlamento".

Para o CDS, há "três áreas fundamentais": "garantir a estabilidade dos rendimentos dos agricultores"; "reforçar a dotação nacional do PDR [Programa de Desenvolvimento Rural]"; "garantir a convergência com a UE e lutar por uma maior comparticipação nacional" nos apoios à agricultura e ao investimento.

Ciente de que é preciso "captar mais jovens" e apostar no "empreendedorismo, até em complementaridade com outras atividades", Patrícia Fonseca ainda deixou um repto: "precisamos de um sistema de seguros [agrícolas] mais flexível e com prémios negociados". Por último, a principal mensagem: na agricultura em Portugal, "há espaço para os pequenos, médios e os grandes" e a sustentabilidade deve estar "na ordem do dia".

PRESIDENTE DA FENAPECUÁRIA DIZ QUE É "IMPOSSÍVEL COMPETIR" COM A CARNE BOVINA DA AMÉRICA LATINA

# Acordo comercial UE-Mercosul é "desleal para com os agricultores europeus"

O acordo comercial firmado em finais de junho entre a União Europeia (UE) e os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) pode vir a poupar vários milhares de milhões de euros à Europa em tarifas alfandegárias sobre a exportação, para a América do Sul, de automóveis, máquinas, produtos químicos e farmacêuticos, calçado, têxteis ou produtos agrícolas, como o azeite e o vinho de Portugal. Pode, porém, tornar-se um pesadelo para os produtores pecuários europeus. E, por arrasto, para os portugueses. Em entrevista à "Vida Económica" à margem de um debate com candidatos a deputados sobre o futuro da agricultura na feira AgroSemana, na Póvoa de Varzim, o presidente da FENAPECUÁRIA – Federação Nacional das Cooperativas de Produtores Pecuários foi demolidor. Garante que "é completamente impossível" competir com a carne bovina sul-americana, devido às "questões higiénico-sanitárias no uso de hormonas de crescimento usadas indiscriminadamente nos países da América Latina". Para Idalino Leão, este é "um acordo desleal para com os agricultores europeus".

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**Vida Económica – Referiu-se de forma muito crítica ao acordo comercial UE-Mercosul e aos impactos para o setor português da carne. Questionou até 'Como é que vamos competir com isto?'. É a posição da Confagri?**

**Idalino Leão** – Não. É a posição da Fenapecuária, que é associada da Confagri. A Fenapecuária foi criada em 2011/2012 e eu estou à frente desde 2018. Foi um desafio que aceitei porque o setor pecuário, dentro do setor agrícola, é de longe o mais desorganizado, tem muitos players, muitos agentes. Precisávamos de ter mais organização.

**VE – Mas todo o setor pecuário?**

**IL** – Quando digo setor pecuário, foco muito nos bovinos e pequenos ruminantes, porque os suínos e as aves têm uma lógica e uma organização muito

peçoal, mas também é da Fenapecuária. Nós temos vindo a transmitir isto, quer ao senhor secretário de Estado [da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira] quer ao senhor Ministro [da Agricultura, Luís Capoulas Santos], e ao senhor Primeiro-Ministro inclusive, também. E nos meios de comunicação social setoriais também já fizemos comunicados a marcar a nossa posição.

**VE – Mas quais são as razões por que são contra o acordo comercial entre a União Europeia e os países do Mercosul?**

**IL** – Consideramos que é um acordo desleal para com os agricultores europeus e portugueses, em particular, porque estamos a competir com regras diferentes. Regras, nomeadamente, como disse lá dentro, quanto a questões higiénico-sanitárias no uso de hormonas de crescimento que são usadas indiscriminadamente nos países da América Latina que compõem o Mercosul. O comissário europeu da Agricultura [Phil Hogan] esteve cá [Espaço Agros, na Póvoa de Varzim] na inauguração da AgroSemana e disse na sua intervenção que vê isto como uma oportunidade e que isto é um 'win-win'. É certo que nós também podemos mandar carne para lá...

**VE – E não é uma oportunidade?**

**IL** – No caso de setor pecuário, não.

**VE - Disse lá dentro 'Como é que vamos competir com isto?'**

**IL** – Impossível. É impossível competir. A carne bovina é impossível competir com a carne da América Latina. Completamente impossível. Por isso consideramos que este é um acordo desleal, um acordo que, na minha perspetiva e na da Fenapecuária, pode trazer alguns problemas de saúde pública, pelo que acabei de lhe dizer. Eles utilizam alguns fármacos, vamos chamar-lhe assim, que na União Europeia são proibidos. E bem. E o que nos estão a tentar dizer é que haverá um contingente de animais que será criado com as regras europeias

**"Os consumidores deviam, pelo menos, ser informados sobre o que está a acontecer. E, obviamente, depois, um consumidor informado pode tomar a sua opção de compra com base no seu conhecimento"**

Eu não tenho reservas nenhuma. Acho que é impossível controlar isso, quer lá, quer cá. E acho que isto é hipocrisia da União Europeia. Os agricultores europeus e portugueses em particular estão cada vez mais espartilhados em regras ambientais e de sustentabilidade e de bem-estar animal. Tudo bem. Nós investimos há muitas décadas para isso e somos os primeiros interessados na sustentabilidade ambiental e no bem-estar animal.

**VE – E a carne que virá dos países do Mercosul não cumpre com esses requisitos?**

**IL** – A questão é essa. E isso preocupa-nos. Por isso é que digo que isto é uma hipocrisia muito grande da União Europeia, em que, mais uma vez, o setor pecuário vai servir de moeda de



Idalino Leão, presidente da FENAPECUÁRIA – Federação Nacional das Cooperativas de Produtores Pecuários.

troca para eventuais interesses. Acredito que o saldo final até pode vir a ser positivo para a Europa. Acredito que até poderá ser positivo para Portugal, mas para o setor da pecuária não é com certeza.

**VE – E ao nível dos consumidores? Como pensa que vai ser o seu posicionamento quando nos lineares dos supermercados lhes for apresentada carne dos países do Mercosul?**

**IL** – O que defendemos é que o país e os consumidores deviam, pelo menos, ser informados sobre o que está a acontecer. E, obviamente, depois, um consumidor informado pode tomar a sua opção de compra com base no seu conhecimento. E quanto a isso estamos tranquilos. Agora, é importante passar esta mensagem. A Fenapecuária tem feito levantamentos e ações e depois podemos promover para levantar exa-

tamente essa informação. Os partidos políticos são, obviamente, parte importante em todo este processo, porque o acordo terá de ser ratificado. E ali [no debate], pela não-resposta, ficámos a saber.

**VE – Era a esse ponto que queria chegar. Os partidos votarão pela ratificação?**

**IL** – O PC [Partido Comunista Português] acredito que deverá votar contra por razões ideológicas e, até, históricas. Até pelas conversas que já tivemos. Já estamos neste processo há um ano e meio. Já tivemos reuniões com quase todos os partidos e o PC, acho eu, será contra. Os outros, espero para ver. Mas a não-resposta, para mim, já disse muito lá dentro.

**VE – Acredita numa não ratificação por parte de Portugal?**

**IL** – Não. Por isso é que já estou a propor medidas mitigadoras desses efeitos. Uma delas é a alteração do Código da Contratação Pública. Parece-me imoral o Estado português não ser mais ágil nestas coisas.

**VE – Uma alteração ao Código da Contratação Pública em que sentido?**

**IL** – Isto é muito técnico, mas era importante se conseguíssemos acrescentar a variável 'distância onde o produto é produzido, onde é consumido com base na redução da pegada ecológica'. E é um tema inevitável, faz parte das mossas climáticas e não falar delas e ignorá-las é uma tontaria. Portanto, exatamente pela questão das alterações climáticas e exatamente para a redução da pegada, ela será muito menos, muito menor se formos alimentados com produtos produzidos o mais localmente possível. Ora bem, houve ali um deputado que abordou assim 'en passant' essa questão, dizendo que em maio fizeram qualquer coisa. Mas é mesmo qualquer coisa, porque, na prática, não é nada. O que eles fizeram em maio foi uma recomendação – e as recomendações valem o que valem – para se comprar produtos biológicos, DOP [denominação de origem protegida] e IGP [indicação geográfica protegida]. Encantado da vida. Eu também sou a favor das DOP e das IGP, mas sei perfeitamente que não existe escala para alimentar as cantinas, muito menos temos organização para isso. O que defendo é: esqueçam as DOP e as IGP, ou não, coloquem lá [no Código da Contratação Pública] a distância. E depois até se podem acrescentar outras variáveis da rastreabilidade, que a produção nacional está preparada para isso, felizmente. Em termos de certificações, as mais variadas.

**"Os agricultores europeus e portugueses estão cada vez mais espartilhados em regras ambientais, de sustentabilidade e de bem-estar animal. Isto é uma hipocrisia muito grande da UE. O setor pecuário vai servir de moeda de troca para eventuais interesses"**

próprias, de há muitos anos a esta parte. Acho até que os porcos e as aves em muitas medidas podiam ser tidos como exemplo para os bovinos.

Posto isto, a posição que assumi é

para a carne vir para a Europa. A senhora doutora Patrícia Fonseca [deputada do CDS] disse lá dentro que tinha algumas reservas sobre como é que isso vai ser controlado nas nossas fronteiras.

ISABEL VASCONCELOS, DIRETORA DA ESCOLA, ELOGIA A PARCERIA ESTABELECIDADA COM A AMYRIS PORTUGAL

# Escola Superior de Biotecnologia ganha "instalações renovadas" com "laboratórios e valências mais identificados"

A Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto (ESB-UCP) encerrou as instalações no polo da Asprela e acaba de ocupar um novo edifício, construído de raiz, no campus da Foz. Será inaugurado este mês e ali passa a acolher todo o ensino/investigação ligado às licenciaturas, mestrados e doutoramentos, mas, também, a estrutura do projeto Alchemy. É uma parceria com a Amyris Bio Products Portugal, subsidiária da multinacional americana Amyris, Inc., que já está a operar na investigação de aplicações para subprodutos/resíduos e na produção de biomoléculas. Em entrevista à "Vida Económica", Isabel Vasconcelos, diretora da Escola, está radiante. Além de "instalações renovadas" e com "laboratórios e valências mais identificados", o novo edifício tem "mais-valias óbvias". E permite aos alunos de Bioengenharia, Ciências da Nutrição e Microbiologia "contactarem com um ambiente de maior diversidade".



Isabel Vasconcelos, diretora da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto (ESB-UCP).

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**Vida Económica – A ESB arranca o novo ano letivo nestas novas instalações, construídas de raiz, onde também está a concretizar a parceria que estabeleceu em 2016 com empresa norte-americana Amyris. Na prática, o que foi feito desde aí no âmbito dessa parceria?**

Isabel Vasconcelos – Esta parceria começou com uma prestação de serviços, em 2016, que se estendeu em 2017. Prestamos muitos serviços deste tipo, mas este foi de uma dimensão bastante maior do que é habitual para nós. Trata-se de uma empresa de biotecnologia, que produz moléculas, a partir de microrganismos, e que estava interessada em particular, no nosso caso, em que pudéssemos valorizar os resíduos que sobram da produção das suas moléculas e que são uma componente muito importante. E, dado o 'track record' [histórico] que o nosso centro de investigação tinha na valorização de resíduos de várias indústrias, eles ficaram muito interessados no nosso trabalho.

**VE – A parceria já foi anunciada há cerca de três anos.**

IV – As conversas com a empresa iniciaram-se em 2015 e a parceria foi formalizada em junho de 2016. Em 2016/2017 foi montado um projeto para ser apresentado a financiamentos competitivos, nomeadamente da AICEP, que foi submetido. É um projeto da ordem dos 42 milhões de euros, sendo que 26 milhões são elegíveis para financiamento, tanto para nós, ESB-UCP, como para a Amyris. De acordo com a lei, o nosso

financiamento é um pouco maior, somos financiados a 75%, e a empresa é financiada a 50%. A outra parte do projeto é um investimento da empresa, através do seu 'know-how' e tecnologia.

**VE – Já está aprovado?**

IV – Está aprovado. O contrato foi assinado em julho de 2018 nos Estados Unidos, em Palo Alto [Silicon Valley, Califórnia], entre nós, a empresa (Amyris Portugal) e a AICEP. O projeto tem vindo a montar-se a partir daí e, tanto quanto temos conhecimento, é o maior investi-

**"Nos nos últimos cinco anos tivemos 50 projetos de colaboração com empresas e prestámos cerca de 120 serviços científicos a cerca de 70 empresas. E beneficiamos muito com essa colaboração e com o 'know-how' que as empresas nos trazem"**

mento e o maior projeto financiado em Portugal na área da biotecnologia. É difícil as empresas investirem o seu dinheiro próprio neste tipo de projetos. Elas participam em projetos de investigação, mas o investimento próprio é sempre diminuto. Já tivemos alguns casos de investimento próprio para investigação e que foram um sucesso, mas de valores bastante inferiores a este.

**VE – Porquê este montante tão avultado? Tem a ver com o quê, exatamente?**

IV – Tem a ver com a dimensão do projeto, que é bastante ambicioso, e com as atividades que se pretendem desenvolver. É um projeto para cinco anos. A

maioria dos projetos é para três anos ou até dois. Há vários sub-projetos dentro do projeto.

**VE – E envolve apenas a Amyris Portugal?**

IV – Este é um projeto – o Alchemy – entre a Amyris Bio Products Portugal e a ESB-UCP. Agora, na sequência disso, obviamente nós pretendemos envolver outras instituições, noutros modelos. Um dos modelos que está a ser desenvolvido é o dos laboratórios colaborativos. Nós participamos em vários e, na

sequência desta parceria, e porque nos pareceu interessante privilegiar agora uma área específica deste projeto, montou-se um laboratório colaborativo, aí sim, com outras instituições portuguesas. Já foi apresentado à FCT [Fundação para a Ciência e Tecnologia], mas ainda não temos o resultado final.

**VE – As empresas com as quais a ESB está a desenvolver colaborações estão ligadas a que setores?**

IV – A Amyris está ligada à biotecnologia, produção de novos produtos através de microrganismos, para diferentes aplicações: alimentar, cosmética, indus-

trial, farmacêutica, para o setor da energia. São aplicações muito diversificadas que centralizam conforme o mercado e o contexto que têm e conforme a investigação vai decorrendo. Na nossa colaboração com a Amyris, o projeto visa valorizar os resíduos da produção normal da empresa. Estamos a falar, por exemplo, da valorização do que sobra da cana do açúcar e que não é aproveitado para os processos deles, no sentido de procurar compostos bioativos que possam, por si só, gerar valor acrescentado e ter valor comercial.

**VE – Mas já há resultados?**

IV – Há resultados, sim. Não posso falar muito deles, porque estamos constrangidos por questões de confidencialidade e também porque são resultados que estão a ser estudados com outras empresas parceiras da Amyris. Portanto, isto também abre a porta a mercados muito mais alargados e a outras empresas colaboradoras ou clientes da Amyris para virem ver se interessam, se querem investir. Este é um projeto fortemente de investigação, mas evidentemente temos de pensar nos resultados dessa investigação. E a vantagem é que estamos a trabalhar com uma empresa muito grande, experiente em desenvolver e colocar tecnologia e produtos no mercado.

**VE – Que mais-valia é que estas novas instalações trazem ao vosso trabalho de investigação e até à parceria com a Amyris?**

IV – As mais-valias do edifício são várias. Desde logo, numa perspectiva de investigação e colaboração com empresas e de formação. Trazer o edifício para aqui resulta do plano estratégico da Universidade Católica para 2015-2020 de concentrar atividades num campus. Aqui no Porto e noutros centros regionais. A localização deste edifício aqui tem mais-valias óbvias, porque vai permitir aos alunos, de Bioengenharia, Ciências da Nutrição e Microbiologia, contactarem com um ambiente de diversidade com alunos e professores de Artes, Direito, Gestão, e por aí fora. É uma aposta também na multidisciplinaridade e em formações inovadoras. E isso é de uma riqueza cultural muito grande, muito importante nos dias de hoje e para os empregos do futuro. Diz-se que as universidades formam profissionais para empregos que ainda não existem. E se os alunos puderem ter uma formação mais abrangente e diversificada, que lhes permita desenvolver competências diferenciadoras, isso é um valor muito, muito grande. Todos os empregadores nos dizem que, quando procuram uma pessoa, são as competências pessoais e as atividades que os alunos puderam fazer para além da atividade curricular que mais valorizam. Porque eles assumem que as competências técnicas, essas, estão lá.

**VE – Mas que 'upgrade' técnico-**

**-científico é que o novo edifício traz à Escola?**

IV – Desde logo há a componente da investigação. Temos instalações renovadas, com valências que, na Asprela, não as tínhamos tão identificadas. Estavam mais dispersas. Estou a falar por exemplo de um laboratório de amostras clínicas. Fazíamos investigação nessa área, mas de forma mais difusa entre os vários laboratórios. Agora temos laboratórios mais dedicados. Por exemplo para a atividade de investigação em solos, que é muito importante [ver caixa]. Temos um laboratório dedicado a fungos. Temos outro dedicado a análise estrutural. Não é que isso não existisse, mas estava mais disperso. Este edifício permite uma organização mais temática, que é importante para os investigadores.

Depois, este edifício também permite alojar este projeto Alchemy num piso dedicado, coisa que não tínhamos na Asprela, o que é uma mais-valia muito grande. Aqui trabalham investigadores nossos e da Amyris. São cerca de 70 pessoas, cerca de 66 contratadas propositadamente para este projeto (47 nosas). E temos um ambiente de investigação melhorado, o que também favorece

**O projeto Alchemy, com a duração de cinco anos, em parceria com a Amyris Bio Products Portugal, subsidiária da multinacional americana Amyris, é da ordem dos 42 milhões de euros. Desses, 26 milhões são elegíveis para financiamento. Envolve 70 investigadores, 66 contratados propositadamente para este projeto.**

o ensino. O nosso lema é o ensino em ambiente de investigação, porque achamos que um curso universitário deve estar associado à investigação. E temos a 'sorte' de ter a nossa Escola no mesmo edifício do centro de investigação, que é o Centro de Biotecnologia e Química Fina. E isso é uma mais-valia muito grande para as duas dimensões: o ensino e a investigação.

**VE – Com o novo edifício, a ESB-UCP tem capacidade para acolher mais alunos?**

IV – Em termos de número de alunos, provavelmente não terá muito mais, pelo menos considerando apenas este edifício. Temos cerca de 600 e poucos

alunos, com três licenciaturas – Bioengenharia, Ciências da Nutrição e Microbiologia – quatro mestrados e três doutoramentos, um deles em Enologia e Viticultura, em conjunto com a UTAD [Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro]. E trabalhamos com outras universidades. Há um cruzamento muito grande da investigação. Mas a nossa escola não é de grande dimensão. Também pela natureza da atividade, não poderia ser, porque temos um ensino muito prático, que não é só laboratorial. E isso exige grupos pequenos de alunos.

**VE – A ESB-UCP colabora com empresas de vários setores, entre eles o agroalimentar. Com esta nova capa-**

**cidade instalada podem alargar esse leque de colaboração?**

IV – Diria que sim. Já colaboramos com muitas empresas. Nos últimos cinco anos tivemos 50 projetos de colaboração com empresas de diversos setores: da área alimentar, têxtil, saúde, com organizações na área do ambiente, etc. Também nos últimos cinco anos foram prestados cerca de 120 serviços científicos a cerca de 70 empresas. Temos um historial grande. E beneficiamos muito com essa colaboração e com o 'know-how' que as empresas nos trazem. Elas também ajudam a definir os temas que as preocupam.

**VE – As universidades valorizam mais o conhecimento académico e as empresas privilegiam um conhecimento muito mais aplicado à sua realidade. É fácil esse diálogo e interação?**

IV – É verdade. Às vezes é difícil a comunicação. Mas podemos dizer que temos conseguido uma boa colaboração. Por isso é que as empresas nos procuram quando têm problemas para resolver. Ou seja, reconhecem em nós um historial de competências e isso manifesta-se na procura que têm por nós.

## "Os solos são um bem escasso"

Paula Castro, docente e investigadora e membro da Direção da ESB-UCP, faz questão de tocar no tema que mais a tem absorvido nos últimos anos: o estudo dos solos.

Primeiro, dá nota de que a ESB-UCP é "um centro de biotecnologia" que aplica "muito essa biotecnologia ao setor alimentar". "A área alimentar foi, aliás, um mote para a ESB-UCP", destaca a investigadora.

Com a passagem para o novo edifício, Paula Castro está confiante: "vamos conseguir pensar um bocadinho melhor as áreas em que atuamos e reestruturá-las, de forma a dar uma resposta mais cabal aos desafios estruturais dos cidadãos". E muitos deles, diz, "passam pela sustentabilidade da cadeia agroalimentar". Aliás, "com esta nossa costela agroalimentar podemos dar resposta a um setor que pede muito", dados os "desafios das alterações climáticas, da escassez da água, da escassez de solo".

E é um tema de que "não se fala muito". Diz a investigadora que "às vezes esquecemo-nos que, para termos alimentos e processamento alimentar, é preciso solos e eles têm de ser protegidos". E não tenhamos dúvidas: "os solos são um bem escasso".

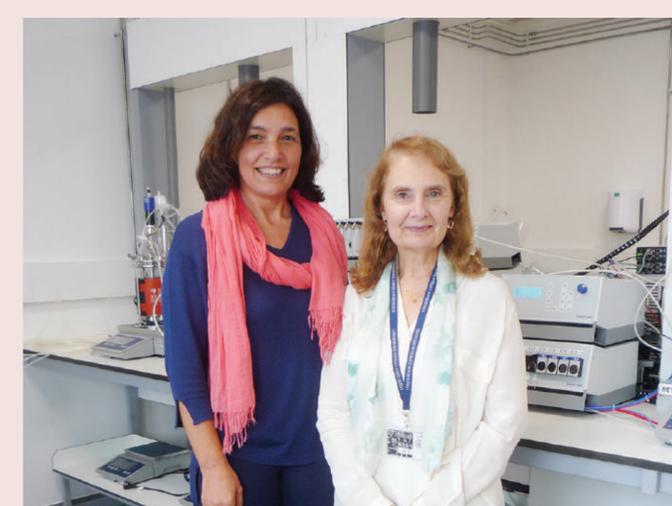
A ESB-UCP nasceu ligada ao agroalimentar, "mas a biotecnologia muito abrangente". E na Escola trabalham na investigação ligada ao setor têxtil, cosmético, automóvel e a outras áreas. "A

biotecnologia está em muitos desses setores, mas escondida do cidadão comum", observa Paula Castro, explicando que "há o desenvolvimento de materiais que até servem para aplicação biomédica ou até para o setor têxtil ou da embalagem".

**Olhar para um alimento e compreender a sua origem**

Certo é que "os alimentos, a nutrição, a alimentação saudável, os recursos e o ambiente são uma grande componente" do trabalho toda a Escola. E, nesta componente do agroalimentar, "vamos desde o setor primário, aplicando ferramentas de biotecnologia à gestão de solos, quer à requalificação de solos degradados pelas atividades industriais, solos degradados de minas, solos que foram sujeitos a erosão, solos com uma aplicação intensa de agroquímicos que têm depois implicações sérias a nível da saúde pública e dos alimentos e da segurança alimentar". Paula Castro não tem dúvidas: "esta é uma área muito interessante, que coloca grandes desafios e que tem repercussões muito importantes no futuro".

Por outro lado, estão "a apostar muito na investigação de práticas sustentáveis para gestão de solo, usando a biotecnologia e parcerias com o setor florestal e agrícola". A investigadora revela que trabalham, "nomeadamente



Paula Castro (à esquerda na foto) é docente e investigadora e membro da Direção da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto (ESB-UCP).

no que respeita aos solos e à produção florestal, com várias empresas e entidades, até do setor dos vinhos".

Na verdade, "quando olhamos para um alimento, temos de compreender a sua origem. E a sua origem é o solo, é a água", diz a investigadora. Na Escola, "também atuamos muito ao nível da qualidade da água, estudamos bastantes problemáticas, quer a contami-

nação química, microbiológica, quer o problema, tão atual, da resistência por antibióticos, que é propagado por práticas que às vezes não são as mais desejáveis".

Em suma, frisa Paula Castro, "todas estas questões do planeta e da sustentabilidade dos recursos está muito presente no nosso trabalho e em todas as vertentes do nosso centro".

# Anonimato para denunciante de práticas comerciais abusivas a partir de 2020

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Uma empresa, associação empresarial ou até um cidadão que denuncie à ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica práticas desleais no setor do comércio, alimentar ou outro vai poder manter o anonimato. O n.º 2 do Art.º 7.º-A do Decreto-Lei n.º 128/2019, publicado a 29 de agosto, que altera o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio (PIRC), garante essa proteção.

“Os denunciante, sejam empresas ou associações empresariais que em nome dos seus associados apresentem denúncias de práticas restritivas proibidas pelo presente decreto-lei, têm direito à confidencialidade sobre a sua identidade, ou sobre a identidade dos associados em causa, consoante o caso, exceto perante a entidade fiscalizadora

[ASAE]”, lê-se no diploma.

Por sua vez, a ASAE, a quem compete a fiscalização do cumprimento do decreto-lei e a instrução dos processos de contraordenação, passa a poder, com caráter de urgência, desencadear ações para impedir práticas comerciais abusivas que afetem o normal funcionamento do mercado e ponham em causa o interesse público.

O Governo tinha aprovado, a 1 de agosto, em Conselho de Ministros, uma alteração ao Decreto-Lei 166/2013, de 27 de dezembro, que regula as PIRC. A notícia tinha sido avançada em primeira mão à “Vida Económica” pelo Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira, no início de julho, aquando da visita institucional à primeira loja Mercadona em Portugal, em Gaia.

Garantiu que esta alteração legislativa se faria “nesta legislação”. Objetivo: que “o merca-



do seja mais transparente, combatendo – porque todos temos a obrigação de combater – as práticas de comércio desleal” e gerando “equilíbrio entre toda a cadeia agroalimentar”. É que, disse o governante, “para haver concorrência no mercado, tem de haver equilíbrio entre produtores, transformadores e distribuidores”.

O novo regime das PIRC passa a aplicar-se às práticas que ocorram em Portugal e não apenas àquelas entre empresas estabelecidas no nosso país; introduz o princípio da reciprocidade nos contratos e acordos entre empresas; prevê a obrigação de redução a escrito de todos os documentos comerciais (tabelas de preços, condições de venda, con-

tratos de fornecimento) e a sua manutenção por um período de três anos. Também clarifica quais os elementos a considerar na determinação do preço de compra efetivo, para aferir da existência de vendas com prejuízo.

Fica proibida a prática comercial que consista na previsão de “sanções contratuais ou condições de cooperação comercial exorbitantes” relativamente às cláusulas contratuais gerais, bem como contrapartidas que não sejam efetivas e proporcionais.

Por fim, ainda se proíbe a dedução, por uma empresa em relação a outra, de valores aos montantes da faturação devidos pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços quando não estejam devidamente discriminados os motivos. Se praticada por pessoa coletiva, a coima máxima associada a esta infração pode chegar a 44.891,81 euros.

PUB

## VidaEconómica

### Ferramentas essenciais para si ou para a sua empresa.



**Marketing Agroalimentar**

**Páginas: 256**

**PVP: €17.90**



**Os Trilhos do Marketing Agroalimentar**

**Páginas: 195**

**PVP: €16.60**

**PACK ESPECIAL**  
POR APENAS  
**25€**  
(IVA INCL.)

**NÃO PERCA!**

**PORTES GRÁTIS\***

\* Nas encomendas de valor inferior a 20€ acrescem 3€ para despesas de expedição.

<http://livraria.vidaeconomica.pt> ☎ 223 399 400

VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

**Encomende já:**  
**encomendas@vidaeconomica.pt**

# BioProdutores confia no futuro da agricultura biológica em Portugal

O Auditório do Museu Municipal de Penafiel acolhe na próxima semana (12 de setembro) a sessão de apresentação da BioProdutores. Um cluster que visa a captação e apoio ao desenvolvimento de produtores agrícolas em modo biológico e, com isso, o aumento da oferta de produtos agrícolas e agroalimentares obtidos através daquele modo de produção. Em entrevista à "Vida Económica", o diretor executivo da BioProdutores garante que "há futuro para a Agricultura Biológica em Portugal". Daniel Queirós não tem dúvidas: as características organolépticas dos nossos produtos "conquistam a todo o momento mais e mais consumidores".

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**Vida Económica – A BioProdutores é um cluster de agricultores que operam em modo biológico. Quantos associados têm e que volume de produção conseguem anualmente?**

Daniel Queirós – A BioProdutores pretende ser um cluster de produtores em modo biológico, devidamente certificados e os seus objetivos são, regra geral, comuns aos seus membros. Para a sua prossecução, foi criado um conjunto de normas, serviços, orientações, instrumentos facilitadores, etc., que estruturam e dão corpo ao projeto. É um projeto simples, que pretende ser uma mais-valia para produtores bio nacionais e certificados, criando uma solução que permita ultrapassar dificuldades e criar viabilidade a estas produções. A dimensão a que pode aspirar, o tempo e os resultados o dirão, mas, mais importante, é o empenho de todos em levar o projeto a bom porto. Existe capacidade de trabalho e conhecimento para o fazer... faça-se.

**VE – Apoiam, portanto, apenas os produtores em modo biológico?**

DQ – Embora seja exigido aos membros do cluster serem produtores em modo biológico e devidamente certificados, a BioProdutores dará apoio a quem não apresente estes requisitos, por forma a atingirem este quadro. Sejam eles produtores em modo convencional



Daniel Queirós, diretor executivo da BioProdutores.

que queiram passar a produtores bio, sejam aspirantes a produtores em modo bio, sem passado de produção agrícola ou outra.

**VE – E quantos associados já têm? E quanto ao volume de produção?**

DQ – Não podemos falar em números de associados, logo à partida, porque não existem associados, não se trata de uma associação. E, em segundo lugar, porque o projeto, embora assente em grande experiência e no facto de ter na sua idealização BioProduto-

**"O mercado, cada vez mais alertado para situações geradas por métodos de produção que não o modo bio, vem exigindo produtos que ofereçam uma alternativa ao que se designa por 'produção em modo convencional'"**

res, é uma proposta nova, cuja apresentação e consequente efetivação, acontecerá no dia 12 de setembro. 'Mutatis mutandis' para a questão de volumes de produção. A expectativa é grande, a projeção muito positiva, mas como alguém disse: "prognósticos, só no fim do jogo".

**VE – De que produtos biológicos estamos a falar, essencialmente?**

DQ – De produção e de transformação, isto é, de produtos primários, hortícolas e frutícolas de várias espécies, por um lado, e de produtos elaborados com esses produtos primários. Por exemplo, no primeiro caso falamos de cenouras, cebolas, maçãs, amê-

doas, limões, tomates e, no segundo caso, de compotas de framboesa, sumo de maçã, sopas de legumes, etc. De referir que se trata de produto nacional, de produtores nacionais. Produtores de alimentos bio como a carne biológica, por exemplo, cumprindo os requisitos exigidos, podem integrar o cluster. Da mesma forma, teríamos no primeiro caso a peça não transformada - um lombo de vaca por cozinhar, por exemplo -, e, no segundo caso, um patê. A variedade dos produtos será, a cada ano, campanha, época, a que vier a

ser determinada pela necessidade/exigência do mercado, devidamente analisada e decodificada pela entidade responsável pelo planeamento da produção da BioProdutores.

**VE – Qual foi a necessidade que sentiram para criar este cluster? Que carência sentiam e que benefícios vos traz?**

DQ – O mercado, cada vez mais alertado para situações geradas por métodos de produção que não o modo bio, vem exigindo produtos que ofereçam uma alternativa ao que se designa por 'produção em modo convencional'. Sem entrarmos no que isto significa, por não ser nem o momento nem o foco da pergunta, verificamos que esta procura cresce

e continuará a crescer de forma muito significativa. Tendo Portugal e a qualidade da produção nacional em modo bio características muito interessantes, é vantajoso para todos, a montante e a jusante, que essa produção aumente em quantidade e qualidade.

**VE – Como pode essa produção aumentar?**

DQ – Para que tal aconteça, será necessário que projetos como o BioProdutores surjam e singrem. Quanto mais não seja porque, e citando a sabedoria popular, unidos venceremos e divididos perderemos, o que se pode traduzir, entre outras coisas, por ganhar massa crítica. De enorme importância outro aspeto: o controlo da qualidade e o cumprimento da lei e dos princípios que caracterizam a produção em modo biológico. Controlo este que é mais fácil e eficaz se feito por uma entidade como a BioProdutores. Entre outras grandes vantagens, estas são exemplos que denunciam necessidades e apontam benefícios.

**VE – Considera que há futuro para a agricultura biológica em Portugal?**

DQ – A resposta à sua pergunta, por um conjunto de razões que não teremos tempo para abordar aqui, é um retumbante SIM. Procura, é a primeira. O crescimento e a exigência associada a essa procura, outra. Tipologias do tecido produtor português, outra. Características de solos, históricos agrícolas dos terrenos, características climatéricas do nosso país, perceções e informações do foro da saúde, maior e melhor informação sobre matéria alimentar, características organolépticas dos nossos produtos, tudo isto conquista a todo o momento mais e mais consumidores. E, como todos sabemos, o consumidor 'move montanhas'.

**VE – E como olha para a Estratégia do Governo para a Agricultura Biológica aprovada em junho de 2017? Há reflexos positivos dessa Estratégia?**

DQ – Ainda que de grande importância a pergunta, e podendo dizer-lhe que estamos atentos ao que se passa, achamos que seria incorreto da nossa parte dar resposta a tais perguntas. Mais não podemos fazer que acompanhar, sim, mas fazer análises ao nível do que a sua pergunta requer, não é da nossa competência.

## PDR 2020 apoia agricultura biológica com 17,2 milhões

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Plano de Ação relativo à Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica, aprovada pelo atual Governo em junho de 2017, "está em curso". Será implementado "até 2022".

À "Vida Económica", o Ministério da Agricultura revela que, no âmbito do PDR 2020, já foram aprovados 520 projetos, envolvendo uma área de 50 695 hectares, um investimento de 52,5 milhões de euros e a que corresponde um apoio público de 17,2 milhões de euros.

Para a implementação do Plano, há "três eixos de ação e 58 ações". O Eixo 1 prevê 16 ações respeitantes à Produção; o Eixo 2 engloba 23 ações referentes a Promoção e Mercados; o Eixo 3 contempla 19 ações relativas a Inovação, Conhecimento e difusão de Informação. Já estão executadas 11 ações (19%) e 30 estão em curso (52%).

O Ministério tutelado por Luís Capoulas Santos realça que já foi criado o Observatório Nacional da Produção Biológica; a produção biológica está já integrada no regime escolar frutas para maçã, pera, clementina, tangerina, laranja, banana, cereja, uvas, ameixa, pêsego, cenoura e tomate; foi desenvolvido um programa de formação em agricultura biológica visando melhorar o nível de competências dos técnicos dos serviços; foram implementados mecanismos de discriminação positiva no âmbito dos apoios ao investimento para a agricultura biológica, nomeadamente para a horticultura, fruticultura, cereais, proteaginosas e frutos secos.

Foi ainda assegurada a incorporação de produtos biológicos nas ementas dos refeitórios públicos e dos Centros de Alto Rendimento e da rede Movijovem; estão a ser adotados mecanismos de incentivo à criação de ementas biológicas nos refeitórios através de um sistema de classificação em consonância com a dieta mediterrânica; e foi aprovado o Normativo e Plano de Controlo no âmbito do projeto-piloto "Refeitório Biológico". Visa a promoção do consumo de produtos biológicos nos refeitórios de jardins de infância, escolas EB23 e secundárias e instituições do ensino superior no próximo ano letivo.

## Queijo Serra da Estrela Velho DOP premiado no 'Mondial du Fromage'

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O queijo Serra da Estrela Velho DOP, um dos mais reconhecidos queijos portugueses, foi distinguido com a medalha de prata no "Mondial du Fromage", em França, um dos concursos mais conceituados na Europa.

É a primeira vez um Queijo Serra da Estrela Velho DOP é distinguido neste certame, onde são exibidos queijos das mais diversas nacionalidades, num dos três concursos mais conceituados da Europa.

Presente pela primeira vez neste evento, e após um processo de avaliação das cente-

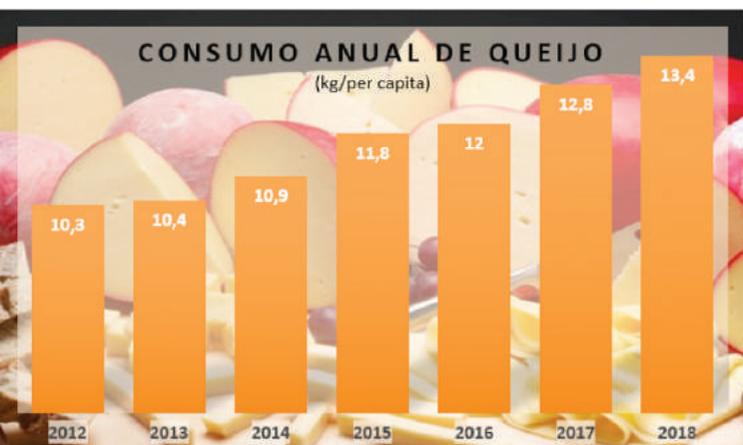
positora, tem a possibilidade de apresentar um número restrito de queijos a Concurso, tendo selecionado o queijo DOP Serra Estrela Velho a participar no certame, sendo agora distinguido.

A próxima edição do 'Mondial du Fromage' está agendada para os dias 6 a 8 de junho de 2021, na cidade francesa de Tours.



De acordo com informação publicada esta semana pela ANIL – Associação Nacional dos Industriais de Lactícios, em 2018 cada português consumiu, em média, 13,4 quilos de queijo, o que equivale a cerca de 134 litros de leite.

De acordo com o Observa-



FONTE: ANIL – Associação Nacional dos Industriais de Lactícios.

nas de queijos a concurso, a Queijaria VALE da ESTRELA recebeu a informação de que tinha sido distinguida com a medalha de prata.

Jorge Coelho, administrador e promotor do projeto, garante que "esta distinção representa a concretização de uma ambição da Queijaria Vale da Estrela que é o de elevar ao patamar da excelência a qualidade de um produto como é o Queijo da Serra da Estrela DOP, ambição essa que faz parte da sua cultura".

Em jeito de reconhecimento, a Queijaria Vale da Estrela assume que partilha este prémio com a COAPE - Cooperativa Agro-pecuária dos Agricultores de Mangualde e "dedicou-o aos 40 pastores e às nossas extraordinárias Queijeiras, pois só com o seu trabalho e dedicação foi possível alcançá-lo".

O 'Mondial du Fromage' é um evento organizado em França e que já vai na quarta edição. A Tradifoods, como

tório Europeu do Mercado do Leite, a oferta global de leite na União Europeia (UE) foi superior em 1,16% à verificada em 2017. Também nesse ano, os preços pagos à produção revelaram um crescimento no primeiro trimestre, baixando, embora, de forma progressiva de janeiro (6,34%) até março (1,36%). A partir de abril, a situação inverteu-se, tendo-se registado baixas sucessivas nos preços (de -11,54% em abril e -5,18% em dezembro).

Em Portugal, a produção de leite atingiu as 1.889 mil toneladas em 2018, o que representa um crescimento de 1,40% face a 2017 (1.862 toneladas). O preço do leite à produção variou entre os 28,31 centavos em janeiro de 2018 e os 31,84 centavos em dezembro. O destino do leite para consumo em 2018 revelou uma inversão face aos últimos anos, tendo registado um incremento de 6,32% (mais 45.573 toneladas face a 2017).

## Casa do Douro vai ser pública e reaver a posse do edifício-sede

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Lei 73/2019, de 2 de setembro, reinstucionaliza a Casa do Douro enquanto associação pública de inscrição obrigatória, aprova os novos estatutos e determina a entrega a esta entidade do imóvel que é "a sua sede e propriedade conjunta de todos os viticultores da Região Demarcada do Douro, sito na Rua dos Camilos, Peso da Régua".

Em consequência, é anulada a inscrição do edifício-sede da Casa do Douro a favor de qualquer outra entidade. A lei agora publicada serve, aliás, de "título bastante" para a respetiva inscrição no Registo Predial.

Cabe agora ao Governo, através de portaria do Ministério das Finanças, "determinar, até à data da marcação das eleições, a forma de ressarcir, se a isso houver lugar, a entidade que à data da entrada em vigor da presente lei usa o nome de Casa do Douro, a qual perde esse direito".

O diploma, que entra em vigor a 1 de janeiro de 2020, também prevê que o saneamento financeiro que incide sobre as dívidas verificadas até junho de 2016 se mantenha "autónomo e na dependência dos membros do Governo com as tutelas das finanças e da agricultura". Os órgãos da Casa do Douro agora reinstucionalizados estão, assim, "impedidos de intervir, em qualquer circunstância", nesse processo.

associados singulares da Casa do Douro "todos os viticultores legalmente reconhecidos pelo Estado através do Instituto dos Vinhos do



Douro e Porto" (IVDP), seja na qualidade de "proprietários, usufrutuários, arrendatários, subarrendatários, parceiros, depositários, consignatários, comodatários ou usuários, que cultivem vinha na região, sem dependência de quaisquer outros requisitos".

Dispõe a nova lei que "os associados singulares são distribuídos por cadernos organizados por freguesia". Os associados coletivos são "todas as adegas cooperativas e cooperativas vitivinícolas".

### Despesas com pessoal não podem exceder 50% das receitas

Há incompatibilidades a registar. A nova lei determina que o exercício de funções nos órgãos da Casa do Douro é "incompatível com a existência de relação de emprego, prestação de serviços ou de fornecimentos com esta entidade" e que "a qualidade de membro da direção é incompatível com a de membro do conselho geral".

O conselho geral, justamente, será composto por "51 membros eleitos por sufrágio direto dos associados singula-

res" - os "delegados municipais" -, por "um membro em representação de cada uma das adegas cooperativas e cooperativas agrícolas do setor vitícola" e por "um membro em representação de cada uma das associações agrícolas".

E há limite de mandatos. Os da direção, do conselho de direção e do fiscal único "só podem ser renovados por duas vezes".

As receitas da Casa do Douro advêm do valor das quotas, das contribuições dos associados coletivos, do produto da gestão do património, dos rendimentos de aplicações financeiras ou participações sociais, do resultado da sua atividade comercial e da prestação de serviços, dos subsídios atribuídos por entidades públicas e privadas, de legados, donativos e patrocínios, de contribuições atribuídas pelo Governo no âmbito de contratos de desenvolvimento e das rendas ou benefícios dos bens próprios.

Um limite aos gastos: "as despesas com pessoal, em cada exercício anual, não podem exceder 50% do montante das receitas da Casa do Douro".

## Equador é o país parceiro da Fruit Logistica

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Equador é o país parceiro oficial da Fruit Logistica 2020, que terá lugar em Berlim entre 5 e 7 de fevereiro.

Naquela que é a "exposição líder do comércio global de fruta", o país andino irá apresentar "a herança agrícola do Equador ao mundo, mostrando-se como um produtor internacional e versátil de fruta e legumes frescos sustentáveis e de elevada qualidade", refere a Messe Berlim em comunicado.

Em 2019, a Fruit Logistica

acolheu cerca de 78 mil visitantes de 135 países e 3200 expositores de 90 países.

Para o Equador, ser o país parceiro oficial desta feira de comércio global é "a oportunidade perfeita para apresentar as suas exportações de fruta e legumes e estabelecer novos contactos nos canais por grosso e a retalho, especialmente com companhias de importação interessadas na aquisição de produtos frescos diversos e de elevada qualidade". O objetivo é também "mostrar a sua produção diversificada", apresentando "o potencial dos seus produtos frescos para exportação, como tamarilhos,

graviolas, mortiño (mirtilo andino), os ananases, uvas, papaias, abacate e pitaias, entre outros.

O Equador estreou-se na Fruit Logistica em 2002. Entre 2014 e 2018, exportou mais de 3,5 mil milhões de dólares em produtos frescos. No próximo ano, a participação do Equador será organizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG), pelo Ministério de Produção, Comércio Exterior, Investimentos e Pesca (MPCEIP) e pela Corporação de Promoção de Exportações e Investimentos (CORPEI) e em cooperação com empresas e entidades do setor privado.